



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMON
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAL
DEPARTAMENTO DE COMPRAS

TERMO DE REFERÊNCIA

1.0 DO OBJETO

1.1 Registro de Preço para Aquisição de Materiais de Limpeza e Higiene Pessoal para atender a demanda do Município de Timon – MA, em ata com força de contrato, que ficará disponível para posterior aquisição conforme especificações e demais exigências previstas neste edital e seus anexos, e terá prazo validade de 12(doze) meses contados da publicação de sua ata, com base no art. 15º, §4º, da Lei nº 8.666/1993, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento:

ITEM	QTD TOTAL	DESCRIÇÃO LOTE I – MATERIAL DE LIMPEZA	UND	VALOR MÉDIO UNIT	VALOR MÉDIO TOTAL
1	3.933	Água sanitária, caixa com 12 unidades de 1 litro. Exclusivo para ME, MEI e EPP. Decreto Federal 8.538/2015.	CX	RS 19,92	RS 78.345,36
2	4.326	Álcool em gel, concentração 65%, frasco com 500 ml. Exclusivo para ME, MEI e EPP. Decreto Federal 8.538/2015.	UND	RS 11,04	RS 47.759,04
3	6.132	Álcool líquido, peso molecular 46,07 g/mol, concentração 90%, frasco com 1.000 ml. Exclusivo para ME, MEI e EPP. Decreto Federal 8.538/2015.	UND	RS 6,94	RS 42.556,08
4	920	Amaciante líquido, caixa com 12 frascos de 1 litro. Exclusivo para ME, MEI e EPP. Decreto Federal 8.538/2015.	CX	RS 82,28	RS 75.697,60
5	3.667	Avental de plástico. Cota Principal (80%)	UND	RS 17,74	RS 65.052,58
6	1.223	Avental de plástico. Cota reservada para ME, MEI e EPP. Decreto Federal 8.538/2015 (25%)	UND	RS 17,74	RS 21.696,02
7	1.978	Cesto de lixo tipo balde com tampa, em plástico, capacidade de 50 litros. Cota Principal (80%)	UND	RS 42,83	RS 84.717,74
8	660	Cesto de lixo tipo balde com tampa, em plástico, capacidade de 50 litros. Cota reservada para ME, MEI e EPP. Decreto Federal 8.538/2015 (25%)	UND	RS 42,83	RS 28.267,80
9	1.674	Bota de borracha apropriada para limpeza, tipo galocha cano longo, cor preta, tamanhos variados. Cota Principal (80%)	PAR	RS 40,96	RS 68.567,04
10	559	Bota de borracha apropriada para limpeza, tipo galocha cano longo, cor preta, tamanhos variados. Cota reservada para ME, MEI e EPP. Decreto Federal 8.538/2015 (25%)	PAR	RS 40,96	RS 22.896,64
11	50	Carro tipo gari 120l com rodizio, confeccionado em polipropileno, com roda de 200 mm, medidas aproximadas: - Comprimento: 56 cm - Largura: 48 cm - Altura: 92 cm - Peso: 11 Kg. Exclusivo para ME, MEI e EPP. Decreto Federal 8.538/2015.	UND	RS 258,91	RS 12.945,50
12	1.896	Cesto de lixo com pedal, em plástico, capacidade de 14 litros. Exclusivo para ME, MEI e EPP. Decreto Federal 8.538/2015.	UND	RS 31,99	RS 60.653,04
13	3.449	Cesto de lixo telado, em plástico, capacidade de 8,5 litros. Exclusivo para ME, MEI e EPP. Decreto Federal 8.538/2015.	UND	RS 7,73	RS 26.660,77

Proc. Nº	270/14
Folha Nº	
Assinatura	



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMON
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAL
DEPARTAMENTO DE COMPRAS

14	805	Copo plástico descartável 180 ml, caixa com 2.500 unidades. Exclusivo para ME, MEI e EPP. Decreto Federal 8.538/2015.	CX	RS 63,76	RS 51.326,80
15	188	Copo plástico descartável 50 ml, caixa com 5.000 unidades. Exclusivo para ME, MEI e EPP. Decreto Federal 8.538/2015.	CX	RS 137,34	RS 25.819,92
16	2.919	Desinfetante líquido, a base de pinho ou outra fragrância para uso geral, frasco de 1.000 ml, caixa com 12 frascos. Cota Principal (80%)	CX	RS 46,88	RS 136.842,72
17	974	Desinfetante líquido, a base de pinho ou outra fragrância para uso geral, frasco de 1.000 ml, caixa com 12 frascos. Cota reservada para ME, MEI e EPP. Decreto Federal 8.538 2015 (25%)	CX	RS 46,88	RS 45.661,12
18	100	Depósito desc. p alimento c/100 (quentinhas) Nº 08. Exclusivo para ME, MEI e EPP. Decreto Federal 8.538/2015.	CX	RS 31,13	RS 3.113,00
19	3.517	Desodorizador de ambiente tipo spray 360 ml, fragrâncias variadas. Exclusivo para ME, MEI e EPP. Decreto Federal 8.538 2015.	UND	RS 7,78	RS 27.362,26
20	10.276	Desodorizador sanitário tipo pedra 25g, fragrâncias variadas. Exclusivo para ME, MEI e EPP. Decreto Federal 8.538/2015.	UND	RS 1,60	RS 16.441,60
21	100	Detregente Líquido 5 Litros. Exclusivo para ME, MEI e EPP. Decreto Federal 8.538/2015.	LITRO	RS 16,47	RS 1.647,00
22	2.718	Detergente líquido, caixa com 24 frascos de 500ml. Cota Principal (80%)	CX	RS 44,03	RS 119.673,54
23	906	Detergente líquido, caixa com 24 frascos de 500ml. Cota reservada para ME, MEI e EPP. Decreto Federal 8.538/2015 (25%)	CX	RS 44,03	RS 39.891,18
24	1.962	Escova para lavar roupa (ovalada). Exclusivo para ME, MEI e EPP. Decreto Federal 8.538/2015.	UND	RS 3,00	RS 5.886,00
25	1.581	Esfregão. Exclusivo para ME, MEI e EPP. Decreto Federal 8.538/2015.	UND	RS 34,69	RS 54.844,89
26	3.451	Esponja de aço, pacote com 08 unidades. Exclusivo para ME, MEI e EPP. Decreto Federal 8.538/2015.	PCT	RS 2,18	RS 7.523,18
27	2.516	Esponja para louças dupla face, caixa com 60 unidades. Cota Principal (80%)	CX	RS 62,60	RS 157.501,60
28	839	Esponja para louças dupla face, caixa com 60 unidades. Cota reservada para ME, MEI e EPP. Decreto Federal 8.538 2015 (25%)	CX	RS 62,60	RS 52.521,40
29	180	Filme PVC rolo c/ 30m. Exclusivo para ME, MEI e EPP. Decreto Federal 8.538/2015.	ROLO	RS 4,59	RS 826,20
30	778	Fibra de limpeza pacote com 10 unidades. Exclusivo para ME, MEI e EPP. Decreto Federal 8.538/2015.	PCT	RS 3,37	RS 2.621,86
31	2.128	Flanela 100% algodão, tamanho 40x60, pacote com 12 unidades. Exclusivo para ME, MEI e EPP. Decreto Federal 8.538/2015.	PCT	RS 32,88	RS 69.968,64
32	3.184	Fósforo, pacote com 10 caixas com 40 unidades. Exclusivo para ME, MEI e EPP. Decreto Federal 8.538/2015.	PCT	RS 3,23	RS 10.284,32
33	2.555	Guardanapo de papel, folha simples, medindo aproximadamente 20x22cm, fardo com 10 pacotes. Exclusivo para ME, MEI e EPP. Decreto Federal 8.538/2015.	FARDO	RS 15,23	RS 38.912,65

Proc. Nº	27014
Folha Nº	5



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMON
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAL
DEPARTAMENTO DE COMPRAS

34	918	Inseticida aerosol, de no mínimo 300 ml. Exclusivo para ME, MEI e EPP. Decreto Federal 8.538/2015.	UND	RS 9,39	RS 8.620,02
35	1.600	Limpa alumínio. caixa com 24 unidades de 500 ml. Cota Principal (80%)	CX	RS 46,88	RS 75.008,00
36	534	Limpa alumínio. caixa com 24 unidades de 500 ml. Cota reservada para ME, MEI e EPP. Decreto Federal 8.538/2015 (25%)	CX	RS 46,88	RS 25.033,92
37	2.683	Limpa vidro com pulverizador 500 ml. Exclusivo para ME, MEI e EPP. Decreto Federal 8.538/2015.	UND	RS 3,52	RS 9.444,16
38	3.104	Limpador de pisos, cerâmica e azulejo 1 litro. Exclusivo para ME, MEI e EPP. Decreto Federal 8.538/2015.	UND	RS 3,05	RS 9.467,20
39	5.546	Limpador instantâneo multiuso 500 ml. Exclusivo para ME, MEI e EPP. Decreto Federal 8.538/2015.	UND	RS 3,72	RS 20.631,12
40	1.861	Lustra móveis para superfícies em madeira, a base de óleo mineral e silicone, fragrância: lavanda, frasco com 200 ml. Exclusivo para ME, MEI e EPP. Decreto Federal 8.538/2015.	UND	RS 7,54	RS 14.031,94
41	3.523	Luva de borracha cano longo, em látex natural com punho ajustável, tamanhos variados (P, M ou G). Exclusivo para ME, MEI e EPP. Decreto Federal 8.538/2015.	PAR	RS 5,65	RS 19.904,95
42	278	Mangueira de jardim 30 metros. Exclusivo para ME, MEI e EPP. Decreto Federal 8.538/2015.	UND	RS 51,63	RS 14.353,14
43	5.510	Mascara em tecido para uso doméstico (azul). Exclusivo para ME, MEI e EPP. Decreto Federal 8.538/2015.	UND	RS 2,71	RS 14.932,10
44	30	Óleo de peroba, caixa com 24 frascos de 100 ml. Exclusivo para ME, MEI e EPP. Decreto Federal 8.538/2015.	CAIXA	RS 163,04	RS 4.891,20
45	120	Pá para lixo em metal. Exclusivo para ME, MEI e EPP. Decreto Federal 8.538/2015.	UND	RS 4,11	RS 493,20
46	2.978	Pá para lixo em material plástico, com cabo longo. Exclusivo para ME, MEI e EPP. Decreto Federal 8.538/2015.	UND	RS 4,81	RS 14.324,18
47	30	Palito dental c/ 100. Exclusivo para ME, MEI e EPP. Decreto Federal 8.538/2015.	CAIXA	RS 0,82	RS 24,60
48	9.303	Pano de chão poroso tipo saco, medidas aproximadas: 70cmx50 cm. Exclusivo para ME, MEI e EPP. Decreto Federal 8.538/2015.	UND	RS 5,71	RS 53.120,13
49	5.332	Pano de prato, medidas aproximadas: 44cmx68cm. Exclusivo para ME, MEI e EPP. Decreto Federal 8.538/2015.	UND	RS 3,14	RS 16.742,48
50	180	Papel alumínio rolo e 50 metros. Exclusivo para ME, MEI e EPP. Decreto Federal 8.538/2015.	ROLO	RS 4,25	RS 765,00
51	10.170	Papel Higiênico extra macio, folha simples, cor branca, neutro (sem perfume), fardo com 16 pacotes com 04 rolos de 60cm x 10cm. Cota Principal (80%)	FARDO	RS 65,16	RS 662.677,20
52	3.390	Papel Higiênico extra macio, folha simples, cor branca, neutro (sem perfume), fardo com 16 pacotes com 04 rolos de 60cm x 10cm. Cota reservada para ME, MEI e EPP. Decreto Federal 8.538/2015 (25%)	FARDO	RS 65,16	RS 220.892,40

Ⓢ

Proc. Nº	240/9
Folha Nº	
Assinatura	



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMON
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAL
DEPARTAMENTO DE COMPRAS

53	2.582	Papel Toalha interfolhado 02 dobras branco, medidas aproximadas: 22cm x 21cm, fardo com 1000 folhas. Exclusivo para ME, MEI e EPP. Decreto Federal 8.538/2015.	FARDO	RS 8,98	RS 23.186,36
54	120	Papel Toalha pardo pet com 2 rolos. Exclusivo para ME, MEI e EPP. Decreto Federal 8.538/2015.	PCT	RS 3,63	RS 435,60
55	60	Removedor de Cera 5 litros. Exclusivo para ME, MEI e EPP. Decreto Federal 8.538/2015.	LITRO	RS 47,90	RS 2.874,00
56	120	Rodo de Alumínio 70 cm. Exclusivo para ME, MEI e EPP. Decreto Federal 8.538/2015.	UND	RS 21,98	RS 2.637,60
57	150	Rodo de borracha dupla de 30cm com cabo. Exclusivo para ME, MEI e EPP. Decreto Federal 8.538/2015.	UND	RS 6,13	RS 919,50
58	4.465	Rodo de plástico com borracha dupla 40cm e cabo de 1,20m. Exclusivo para ME, MEI e EPP. Decreto Federal 8.538/2015.	UND	RS 6,46	RS 28.843,90
59	671	Sabão em barra, fragrância: coco, caixa com 50 barras de 200g. Cota Principal (80%)	CX	RS 95,33	RS 63.966,43
60	224	Sabão em barra, fragrância: coco, caixa com 50 barras de 200g. Cota reservada para ME, MEI e EPP. Decreto Federal 8.538/2015 (25%)	CX	RS 95,33	RS 21.353,92
61	250	Sabão em barra neutro 200g. Exclusivo para ME, MEI e EPP. Decreto Federal 8.538/2015.	CX	RS 46,60	RS 11.650,00
62	1.869	Sabão em barra, fragrância: variadas, caixa com 50 barras de 200g. Cota Principal (80%)	CX	RS 87,67	RS 163.855,23
63	623	Sabão em barra, fragrância: variadas, caixa com 50 barras de 200g. Cota reservada para ME, MEI e EPP. Decreto Federal 8.538 2015 (25%)	CX	RS 87,67	RS 54.618,41
64	3.450	Sabão em pó, caixa com 20 pacotes de 01 kg. Cota Principal (80%)	CX	RS 74,07	RS 255.541,50
65	1.150	Sabão em pó, caixa com 20 pacotes de 01 kg. Cota reservada para ME, MEI e EPP. Decreto Federal 8.538/2015 (25%)	CX	RS 74,07	RS 85.180,50
66	300	Sabonete em barra, fragrâncias variadas, pacote com 12 unidades de 90g. Exclusivo para ME, MEI e EPP. Decreto Federal 8.538 2015.	PCT	RS 26,76	RS 8.028,00
67	1.827	Sabonete Líquido 500 ml, fragrâncias variadas. Exclusivo para ME, MEI e EPP. Decreto Federal 8.538/2015.	UND	RS 11,31	RS 20.663,37
68	60	Sabonete Líquido 5L. Exclusivo para ME, MEI e EPP. Decreto Federal 8.538 2015.	UND	RS 12,91	RS 774,60
69	420	Saco p/ lixo, pacote c/ 10 unidade, capacidade p/ 15 litros. Exclusivo para ME, MEI e EPP. Decreto Federal 8.538/2015.	PCT	RS 3,85	RS 1.617,00
70	8.580	Saco plástico para lixo, cor azul, capacidade 30 litros, pacote com 10 unidades. Exclusivo para ME, MEI e EPP. Decreto Federal 8.538/2015.	PCT	RS 2,11	RS 18.103,80
71	7.481	Saco plástico para lixo, cor preta, capacidade 30 litros, pacote com 100 unidades. Exclusivo para ME, MEI e EPP. Decreto Federal 8.538/2015.	PCT	RS 7,93	RS 59.324,33
72	8.723	Saco plástico para lixo, cor azul, capacidade 50 litros, pacote com 10 unidades. Exclusivo para ME, MEI e EPP. Decreto Federal 8.538/2015.	PCT	RS 2,80	RS 24.424,40
73	5.545	Saco plástico para lixo, cor preta, capacidade 50 litros, pacote com 100 unidades. Cota Principal (80%)	PCT	RS 15,72	RS 87.167,40

Proc. Nº 270/14
Folha Nº _____
Assinatura _____

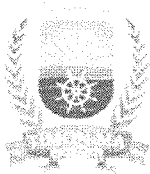


ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMON
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAL
DEPARTAMENTO DE COMPRAS

74	1.849	Saco plástico para lixo, cor preta, capacidade 50 litros, pacote com 100 unidades. Cota reservada para ME, MEI e EPP. Decreto Federal 8.538/2015 (25%)	PCT	RS 15,72	RS 29.066,28
75	8.843	Saco plástico para lixo, cor preta, capacidade 100 litros, pacote com 100 unidades. Cota Principal (80%)	PCT	RS 24,98	RS 220.898,14
76	2.948	Saco plástico para lixo, cor preta, capacidade 100 litros, pacote com 100 unidades. Cota reservada para ME, MEI e EPP. Decreto Federal 8.538/2015 (25%)	PCT	RS 24,98	RS 73.641,04
77	450	Saco Plástico 02 kg C/100. Exclusivo para ME, MEI e EPP. Decreto Federal 8.538/2015.	PCT	RS 7,59	RS 3.415,50
78	4.605	Sacolas Plásticas Reciclada 05 Kg, medidas aproximadas: 50cm x 70cm, pacote com 100 unidades. Cota Principal (80%)	PCT	RS 28,33	RS 130.459,65
79	1.535	Sacolas Plásticas Reciclada 05 Kg, medidas aproximadas: 50cm x 70cm, pacote com 100 unidades. Cota reservada para ME, MEI e EPP. Decreto Federal 8.538/2015 (25%)	PCT	RS 28,33	RS 43.486,55
80	799	Soda Caustica (Hidróxido de Sódio) cristalizada em escamas a 70%, caixa com 12 potes de 500g. Exclusivo para ME, MEI e EPP. Decreto Federal 8.538/2015.	CX	RS 76,00	RS 60.724,00
81	433	Toalha de mão, material: algodão/poliéster, medidas: 40cm x 20cm, cores variadas. Exclusivo para ME, MEI e EPP. Decreto Federal 8.538/2015.	UND	RS 6,93	RS 3.000,69
82	10.294	Vassoura de palha natural sem cabo. Exclusivo para ME, MEI e EPP. Decreto Federal 8.538/2015.	UND	RS 1,93	RS 19.867,42
83	4.065	Vassoura de pelo sintético 60 cm com cabo. Exclusivo para ME, MEI e EPP. Decreto Federal 8.538/2015.	UND	RS 12,73	RS 51.747,45
84	4.466	Vassoura de nylon com cabo. Exclusivo para ME, MEI e EPP. Decreto Federal 8.538/2015.	UND	RS 8,13	RS 36.308,58
85	3.203	Vassoura para vaso sanitário. Exclusivo para ME, MEI e EPP. Decreto Federal 8.538/2015.	UND	RS 4,43	RS 14.189,29
86	7.647	Vassoura piaçava comum com cabo. Exclusivo para ME, MEI e EPP. Decreto Federal 8.538/2015.	UND	RS 9,46	RS 72.340,62
ITEM	QTD TOTAL	DESCRIÇÃO LOTE II - HIGIENE PESSOAL	UND	VALOR MÉDIO UNIT	VALOR MÉDIO TOTAL
87	300	Absorvente higiênico sem abas, pacote com 08 unidades. Exclusivo para ME, MEI e EPP. Decreto Federal 8.538/2015.	PCT	RS 2,90	RS 870,00
88	50	Aparelho de barbear. Exclusivo para ME, MEI e EPP. Decreto Federal 8.538/2015.	UND	RS 1,11	RS 55,50
89	225	Condicionador infantil, no mínimo 210ml (para todo tipo de cabelo). Exclusivo para ME, MEI e EPP. Decreto Federal 8.538/2015.	UND	RS 6,85	RS 1.541,25
90	150	Creme dental infantil 50g. Exclusivo para ME, MEI e EPP. Decreto Federal 8.538/2015.	UND	RS 4,32	RS 648,00
91	225	Creme para pentear 300 ml (para todo tipo de cabelo). Exclusivo para ME, MEI e EPP. Decreto Federal 8.538/2015.	UND	RS 8,30	RS 1.867,50

Ⓢ

Proc. Nº	270/24
Folha Nº	
Assinatura	



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMON
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAL
DEPARTAMENTO DE COMPRAS

92	225	Creme para pentear infantil, no mínimo 250ml (para todo tipo de cabelo). Exclusivo para ME, MEI e EPP. Decreto Federal 8.538/2015.	UND	RS 9,22	RS 2.074,50
93	225	Escova Dental Infantil (cabo anatômico, cabeça com cantos arredondados e cerdas flexíveis de nylon e macias). Exclusivo para ME, MEI e EPP. Decreto Federal 8.538/2015.	UND	RS 0,76	RS 171,00
94	550	Fraldas descartáveis, tamanho XG (para crianças de 02 a 03 anos), fardo com 100 unidades. Exclusivo para ME, MEI e EPP. Decreto Federal 8.538/2015.	FARD O	RS 74,67	RS 41.068,50
95	75	Pente de cabelo. Exclusivo para ME, MEI e EPP. Decreto Federal 8.538/2015.	UND	RS 1,34	RS 100,50
96	150	Perfume Infantil, no mínimo 210ml. Exclusivo para ME, MEI e EPP. Decreto Federal 8.538/2015.	UND	RS 12,66	RS 1.899,00
97	120	Sabonete líquido infantil 250ml. Exclusivo para ME, MEI e EPP. Decreto Federal 8.538/2015.	UND	RS 15,56	RS 1.867,20
98	120	Shampoo adulto, no mínimo 250ml (para todo tipo de cabelo). Exclusivo para ME, MEI e EPP. Decreto Federal 8.538/2015.	UND	RS 5,77	RS 692,40
99	225	Shampoo infantil, no mínimo 250ml (para todo tipo de cabelo). Exclusivo para ME, MEI e EPP. Decreto Federal 8.538/2015.	UND	RS 12,74	RS 2.866,50
100	180	Toalha de banho com tema infantil. Exclusivo para ME, MEI e EPP. Decreto Federal 8.538/2015.	UND	RS 37,83	RS 6.809,40
VALOR TOTAL: Quatro milhões, quatrocentos e quarenta e seis mil, seiscentos e oitenta e quatro reais e trinta e quatro centavos.					RS 4.446.684,34

2.0 CONDIÇÕES GERAIS SOBRE O OBJETO:

2.1 Na tabela acima item 1.1 estão demonstradas a especificação do objeto, o quantitativo com estimativa de consumo anual planejada para atender aos órgãos da administração pública municipal de Timon, a forma de cotação dos produtos objeto deste Termo de Referência. Os valores acima indicados são preços estimados máximos obtidos por pesquisa de preços junto a fornecedores locais e sites de consulta eletrônica que constam nos autos do processo administrativo.

2.2 A adjudicação do objeto deverá ser por item, devendo as propostas serem cotadas por itens.

2.3 Para **efeito de cotação** deverá ser apresentado o **valor do ITEM, em reais (R\$)**, conforme tabela descrita.

2.4 Para **efeito de julgamento**, será levado em consideração o critério de **MENOR VALOR DO ITEM COTADO** que a licitante possa oferecer para a Administração Pública.

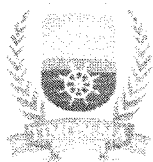
2.5 Na hipótese de não haver vencedor para a cota reservada, esta poderá ser adjudicada ao vencedor da cota principal ou, diante de sua recusa, aos licitantes remanescentes, desde que pratiquem o preço do primeiro colocado da cota principal.

2.6 Se a mesma empresa vencer a cota reservada e a cota principal, a contratação das cotas deverá ocorrer pelo menor preço.

2.7 Será dada a prioridade de aquisição aos produtos das cotas reservadas quando forem adjudicados aos licitantes qualificados como microempresas ou empresas de pequeno porte, ressalvados os casos em que a cota reservada for inadequada para atender as quantidades ou as condições do pedido, conforme vier a ser decidido pela Administração.

2.8 O prazo de vigência para os contratos será definido conforme a necessidade de cada órgão podendo ser de até 12 (doze) meses contados da sua assinatura. A vigência do contrato poderá

Proc. N°	270/14
Folha N°	5



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMON
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAL
DEPARTAMENTO DE COMPRAS

ultrapassar o exercício financeiro, desde que as despesas referentes à contratação sejam integralmente empenhadas até 31 de dezembro, para fins de inscrição em restos a pagar, conforme Orientação Normativa AGU nº 39, de 13/12/2011.

2.9 Deve-se levar em consideração as normas técnicas eventualmente existentes, elaboradas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, quanto a requisitos mínimos de qualidade, utilidade, resistência e segurança, nos termos da Lei nº 4.150, de 1962, para os bens/materiais/produtos ofertados, conforme o caso.

3 JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

O objeto é de uso comum e frequente indispensável ao serviço público municipal destinado a todos os órgãos da administração pública de Timon-MA. Cumpre ressaltar que a Secretaria municipal de Administração e Gestão de Pessoal, por seu Departamento de Compras realizou planejamento mediante levantamento de consumo nos órgãos da administração pública e ainda considerando o consumo anual dos exercícios anteriores definiu o quantitativo acima indicado para as aquisições futuras, considerando ainda a imprevisibilidade de consumo por ser variável, de modo a não ocorrer desabastecimento e solução de continuidade no fornecimento de material de expediente em geral, didático e pedagógico. Na condição de órgão participante, nos termos do art. 2º, inciso IV do Decreto Municipal nº 0231/2021 a Secretaria Municipal de Administração e Gestão de Pessoal, por meio do seu Departamento de Compras realizou planejamento contemplado e consolidado as demandas dos órgãos da administração pública municipal de Timon nos quais passam e integrar futura ata de registro de preços como órgão participante. Cumpre esclarecer ainda que o planejamento feito pelo Departamento de Compras encontra-se autorizado e regulamentado no Decreto Municipal nº 0109/2014 de 19 de setembro de 2014, senão vejamos:

Art. 43. O Departamento de Compras é o órgão diretivo subordinado diretamente ao Secretário Municipal, sendo responsável pela coordenação das atividades relativas ao levantamento de material, controle e liberação das atas de registro de preços, instrução de processos e aquisição de material no âmbito da Administração Municipal.

Art. 44. Compete ao Departamento de Compras:

I. coordenar as atividades desenvolvidas pelos diversos órgãos da Prefeitura, com vista ao controle de Registros de Preços e Liberação de Material e Serviços;

(...)

III. solicitar orçamentos para formalização dos processos de compras e serviços;

IV. instruir os processos de compras e de serviços para encaminhamento à Coordenadoria de Controle das Licitações Públicas;

V. realizar levantamento das necessidades de aquisição de bens e serviços no âmbito da Administração Municipal, trimestralmente e por órgão;

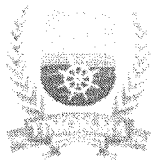
VI. liberar os pedidos de material e serviços constantes dos registros de preços, após autorização do setor competente;

VII. efetuar as compras relativas aos processos devidamente instruídos com a Nota de Empenho;

(...)

Sendo assim, considerando que o objeto do presente termo de referência possui por sua natureza os requisitos legais para serem licitadas por meio de sistema de registro de preços, quais sejam; necessidade de compra/consumo frequente e de difícil previsibilidade, entregas parceladas, para atendimento vários órgãos da administração pública, é que justificamos a elaboração do presente

Proc. Nº 240/24
Folha Nº 5



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMON
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAL
DEPARTAMENTO DE COMPRAS

termo de referência para a realização de licitação para futuras aquisições por meio de sistema de registro de preços visando otimizar as despesas, agilizar, padronizar e racionalizar o fornecimento do bem, que é necessário na prestação dos serviços públicos, e nos termos do Art. 15 da Lei 8.666/93 e Decreto Municipal nº 055/2016 e demais legislação aplicáveis a espécie.

4 ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO.

4.1 Os produtos entregues devem atender as especificações técnicas do item 1.1 e às disposições deste termo de referência, bem como as condições da proposta da Contratada;

4.2 O prazo de entrega dos bens é de 05 (cinco) dias, contados da entrega da nota de empenho ou ordem de fornecimento pela administração pública, podendo ser em remessa única ou parcelada a ser definida pela administração na ordem de fornecimento e de acordo com a demanda. O local de entrega será na sede do órgão demandante ou em outro local a ser definido na contratação/compras desde que seja na abrangência do município de Timon.

4.3 Os produtos que possuírem validade deverá está no prazo total recomendado pelo fabricante.

4.4 Os bens serão recebidos provisoriamente no prazo de 03 (três) dias, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

4.5 Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 03 (três) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

4.6 Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 05(cinco) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

4.6.1 Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

4.7 O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

4.8 A execução do contrato será iniciada a partir da assinatura do contrato;

4.9 A Contratada deverá executar as operações de logística de separação, embalagem, impressão dos Documentos Auxiliares da NF-e, transporte e entrega nos locais a serem indicados pela contratante ser indicado no momento da entrega, que poderá ser em qualquer das suas unidades administrativas e na área de abrangência do município de Timon.

4.10 Eventuais riscos e danos durante o transporte e antes da entrega do(s) produto(s) são de responsabilidade da Contratada.

4.11 A Contratada deverá executar os procedimentos de transporte dos produtos de acordo com as especificações dos respectivos fabricantes. Estes procedimentos deverão ser compatíveis com a legislação ambiental.

4.12 As entregas obedecerão o(s) prazo(s) estipulado(s) no contrato e na ordem de fornecimento indicados no item 4.2, que será contado do encaminhamento da ordem de fornecimento que poderá ser realizada de forma eletrônica por e-mail ou presencialmente, observados os prazos determinados no item 6 e seguintes, e deverão ser realizadas:

a) No local designado;

b) No horário compreendido entre as 08h:00 e 18h:00 (horário de Brasília/DF), nos dias de expediente e funcionamento do órgão, ou em qualquer dia da semana diante da urgência, acompanhado por fiscal ficará sobreaviso para o recebimento;

c) Em veículo apropriado para o transporte do bem;

Proc. Nº	27014
Folha Nº	
Assinatura	



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMON
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAL
DEPARTAMENTO DE COMPRAS

d) Acondicionados adequadamente, devidamente identificadas na forma estipulada neste Termo de Referência e acompanhadas dos Documentos Auxiliares da NF-e.

e) A Contratada deverá adotar em todas as entregas, no mínimo, os seguintes procedimentos: indicar com etiquetas ou plotagens adesivas coladas na parte externa na embalagem e em local visível, contendo toda identificação e descrição do produto, forma de uso e todas as demais descrições obrigatórias.

5 CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS

5.1 A natureza do objeto a ser contratado é comum nos termos do parágrafo único do art. 1º, da Lei 10.520, de 2002, haja vista que os padrões de desempenho, qualidade e todas as características gerais e específicas dos bens/produtos são as usuais do mercado e passíveis de descrições sucintas, podendo, portanto, ser licitado por meio do Pregão.

6 OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

6.1 São obrigações da Contratante:

6.1.1 receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

6.1.2 verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

6.1.3 comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

6.1.4 acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão e/ou servidor especialmente designado;

6.1.5 efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;

6.2 A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

7 OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

7.1 A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

7.1.1 efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, procedência e prazo de garantia ou validade;

7.1.2 responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

7.1.3 substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;

7.1.4 comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

7.1.5 manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

7.1.6 indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

Proc. Nº	240/14
Folha Nº	
Assinatura	



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMON
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAL
DEPARTAMENTO DE COMPRAS

7.1.7 arcar com todas as despesas decorrentes do fornecimento do objeto do presente ajuste, tais como impostos, frete, taxas, seguros, materiais incidentes, enfim, tudo que for necessário ao fornecimento e entrega do produto a contratante

7.1.8 não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto deste Termo

7.1.9 cumprir os prazos e obrigações estabelecidas neste instrumento

7.1.10 prestar todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados pela contratante, atendendo prontamente todas as reclamações.

7.1.11 zelar pela fiel execução do ajuste contratual, utilizando-se de todos os recursos materiais e humanos necessários para tanto.

8.0 DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA PARA HABILITAÇÃO

8.1 A empresa a ser contratada deverá cumprir os requisitos previsto no art. 4, inciso XIII da Lei 10.520/2002, artigo 28 e seguinte da Lei Federal nº 8.666/93 e quanto a habilitação técnica:

a) **Do(s) Atestado(s) de Capacidade Técnica:** A Lei nº 8.666/93 em seu art. 30, § 4º, determina que as empresas devam comprovar sua capacidade técnica através de atestados fornecidos por pessoas jurídicas privados ou públicas idôneas. A documentação relativa à qualificação técnica consistirá na apresentação de Atestado(s) em nome do licitante de bom desempenho anterior em contrato, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que deverá especificar o tipo de fornecimento do bem, forma e prazo de execução compatível com o objeto desta licitação.

9.0 DA COTA RESERVADA PARA ITENS EXCLUSIVOS PARA MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE

9.1 A Prefeitura Municipal de Timon – MA através do Prefeito Municipal no exercício de suas funções, com o fito de demonstrar que a aplicação dos benefícios materiais previstos nos arts. 47 e 48, da Lei Complementar nº 123, de 2006, com redação dada pela Lei Complementar nº 147, de 2014, podem ser aplicados pela autoridade responsável pela licitação, procede à justificativa na forma que segue:

9.2 Considerando as disposições contidas no art. 47 e 48, da Lei Complementar nº 123/06, modificada pela LC 147/14, que estabelece um dever de prioridade, ou seja, nos certames públicos deflagrados há de se dar preferência à contratação de microempresas e empresas de pequeno porte sediado local ou regionalmente, independentemente de qualquer legislação específica editada pelo ente licitante.

9.3 Ademais, como forma de se admitirem critérios diferenciados de contratações para micro e pequenas empresas, a Lei Complementar 123/06 (alterada em 2014 pela lei Complementar 147/14) define que a administração pública deverá realizar processo licitatório destinado exclusivamente à participação de microempresas e empresas de pequeno porte nos itens de contratação cujo valor seja de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais);

9.4 Assim, dispõe a legislação que, em casos de licitações para celebração de contratos acima de R\$ 80.000,00, o ente público deverá estabelecer, desde que se trate de certame para a aquisição de bens de natureza divisível, cota de até 25% (vinte e cinco por cento) do objeto para a contratação de microempresas e empresas de pequeno porte. Trata-se de um sistema de cotas criado para Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, garantindo a estas entidades a realização de licitação dividida em dois itens, sendo que um destes itens não admitirá a participação de pessoas jurídicas que não estejam contempladas no regime especial da Lei Complementar;

9.5 As Microempresas e Empresas de pequeno Porte poderão participar de ambos os itens da licitação, sendo classificadas dentro da ampla concorrência para a contratação de 75% (setenta e cinco por cento) do objeto e se submetendo a outra classificação, somente com empresas de mesmo porte, aos 25% (vinte e cinco por cento) restantes;

Proc Nº	27014
Folha Nº	4
Assinatura	



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMON
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAL
DEPARTAMENTO DE COMPRAS

9.6 Finalmente, a regulamentação da Lei Complementar nº 123/06, modificada pela LC 147/14, nos termos dos §§ 2º e 3º e caput do 5º do Decreto Federal, de 05 de outubro de 2015, resolve estabelecer, quantitativos dos itens exclusivos desta licitação para microempresas e empresas de pequeno porte, inclusive as Microempreendedoras Individuais – MEI na seguinte forma:

a) Os itens (Cota Reservada): correspondente a 25% (vinte e cinco) das quantidades do produto, destinado à participação exclusiva das ME, MEI e EPP, sem prejuízo da sua participação na cota principal.

9.7 Para fins de conclusão do certame licitatório e de conformidade com o art. 49, não se aplica os benefícios dos arts. 47 e 48 da Lei Complementar nº 123/06, modificada pela LC 147/14, quando as microempresas e empresas de pequeno porte, inclusive Microempresas Individuais – MEI, no caso concreto ocorrer:

a) Não houver um mínimo de 3 (três) fornecedores competitivos enquadrados como microempresas ou empresas de pequeno porte sediados local ou regionalmente e capazes de cumprir as exigências estabelecidas no instrumento convocatório;

b) O tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte não for vantajoso para a administração pública ou representar prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado;

9.10 Torna-se indispensável esclarecer o que significa a expressão “bens de natureza divisível”. São aqueles que podem ser adquiridos separadamente (licitação por item) sem que isso afete o resultado ou a qualidade final do produto ou serviço. Em contrapartida, “bens de natureza não divisível” são aqueles que obrigam sua aquisição por lote ou por preço global, determinando aos licitantes que ofereçam proposta para a totalidade do objeto; se comprados separadamente prejudicarão o resultado esperado pela Administração.

10.0 DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

10.1 Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

10.1.1 O recebimento de material de valor superior a R\$ 176.000,00 (cento e setenta e seis mil reais) será confiado a uma comissão de, no mínimo, 3 (três) membros, designados pela autoridade competente.

10.2 A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

10.3 O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

11.0 DO PAGAMENTO

11.1 O pagamento será realizado, conforme adimplemento da condição, em moeda corrente nacional, no prazo máximo de até 30 (trinta) dias úteis do mês subsequente ao fornecimento dos bens, ou em outro prazo inferior que poderá ficar ajustado com o contratante, inclusive quanto aos parcelamentos, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, devidamente atestadas pela FISCALIZAÇÃO e notas de recebimento, sendo efetuada a retenção na fonte dos tributos e

Proc. Nº	220/24
Folha Nº	5



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMON
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAL
DEPARTAMENTO DE COMPRAS

contribuições elencados na legislação em vigor, tais como, IR, CSLL, COFINS E PIS/PASEP e através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

11.1.1 Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

11.2 Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

11.3 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

11.4 Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF e/ou outros sites para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

11.5 Constatando-se, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

11.6 Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consultas eletrônicas para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

11.7 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

11.8 Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

11.9 Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

11.9 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

11.9.1 A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

11.10 Caso haja multa por inadimplemento contratual, será adotado o seguinte procedimento:

- a) A multa será descontada no valor total do respectivo contrato; e
- b) Se o valor da multa for superior ao valor devido pelo objeto, responderá o contratado pela diferença a qual será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração, ou ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente.

11.11 Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida

Proc. Nº	270/24
Folha Nº	5



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMON
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAL
DEPARTAMENTO DE COMPRAS

pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX) \quad I = \frac{(6 / 100)}{365} \quad I = 0,00016438$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%

12. DO REAJUSTE

12.1 Os preços são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

13. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

13.1 Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

14. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

14.1 Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 2002 e art. 56 do Decreto Municipal nº 080/2019, a Contratada que:

- a) não assinar o contrato ou a ata de registro de preços;
- b) não entregar a documentação exigida no edital;
- c) apresentar documentação falsa;
- d) causar o atraso/retardamento na execução do objeto;
- e) não manter a proposta;
- f) falhar na execução do contrato;
- g) fraudar a execução do contrato;
- h) comportar-se de modo inidôneo;
- i) declarar informações falsas; e
- j) cometer fraude fiscal;
- k) inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

14.2 Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

14.2.1 Advertência, por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;

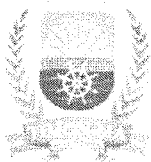
14.2.2 multa moratória e multa compensatória até 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

14.2.3 em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;

14.2.4 suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

14.2.5.1 o licitante que na qualidade de arrematante, após a negociação, não encaminhar proposta final readequada, será automaticamente desclassificado e sofrerá a sanção de suspensão de licitar com a administração pública do município de Timon por um prazo de 02 (dois) anos consecutivos, pois a prática causa tumulto, retardamento a conclusão do processo licitatório e prejuízos para a administração pública.

Proc. Nº	270/14
Folha Nº	
Assinatura	



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMON
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAL
DEPARTAMENTO DE COMPRAS

14.2.5 impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades do Município de Timon com o consequente descredenciamento no cadastro de fornecedores pelo prazo de até cinco anos;

14.2.5.1 a Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista neste subitem também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa no subitem 15.1 deste Termo de Referência.

14.2.6 declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

14.2.7 As sanções previstas nos subitens 15.2.1, 15.2.5, 15.2.6 e 15.2.7 poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

14.3 Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:

14.3.1 tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

14.3.2 tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

14.3.3 demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

14.4 A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

14.5 As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

14.5.1 Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

14.6 Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

14.7 A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

14.8 Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

14.9 A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

14.10 O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

14.11 As penalidades serão obrigatoriamente registradas em no cadastro de fornecedores do município e publicadas no diário oficial do município de Timon - MA.

Proc Nº	270/14
Folha Nº	
Assinatura	



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMON
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAL
DEPARTAMENTO DE COMPRAS

15 DA SUBCONTRATAÇÃO

15.1 Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

16 DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA

16.1 É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

17 ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS.

17.1 O custo estimado total da contratação é de R\$ 4.446.684,34 (Quatro milhões, quatrocentos e quarenta e seis mil, seiscentos e oitenta e quatro reais e trinta e quatro centavos).

18 DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS.

A indicação da dotação orçamentaria da despesa fica dispensada, pois o objeto será licitado com sistema de registro de preços, sendo exigida para formalização do Contrato ou outro instrumento hábil.

19. DO PRAZO DE CONTRATO

19.1 Os contratos deverão ser firmados na vigência da futura ata de registro de preços e terá sua vigência a partir da data de sua assinatura com prazo de até 12 (doze) meses, em observância aos créditos orçamentários e as necessidades da execução do objeto, conforme determina o art. 57, caput, da Lei 8666/93.

Município de Timon (MA), 01 de fevereiro de 2021

Responsável pelo TR da Secretaria Municipal de Administração e Gestão de Pessoal – SEMAG.

Anne de Almeida Veras
Assessora Especial Executivo
Port. N° 027/2021-GP

Retifico e Aprovo este Termo de Referência em 01/02/2021:

Ulysses Harlley Lima Oliveira
Secretário Municipal de Administração e Gestão de Pessoal
Port. N° 018/2021-GP

Proc N°	27074
Folha N°	
Assinatura	